

Mateus Bicalho
de Melo Chavinho●

A Teoria da
Aparência
e seus
Reflexos
no Direito Brasileiro

2ª edição





Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843,
Savassi, Belo Horizonte, MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007

São Paulo
Av. Paulista, 2444,
8º andar, cj 82
Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Mateus Bicalho de Melo Chavinho.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini
(Imagem por Markus Spiske, via Pexels)

Diagramação Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

C512 Chavinho, Mateus Bicalho de Melo
A teoria da aparência e seus reflexos no direito brasileiro / Mateus Bicalho
de Melo Chavinho. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
584p.

ISBN 978-65-5589-357-1

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

CDDir: 342.1

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

1. Introdução	15
2. Aparência e realidade	19
2.1. O antagonismo entre a aparência e a realidade na alegoria da caverna.....	20
2.2. A aparência e a realidade na obra Dom Quixote De La Mancha.....	27
2.3. A aparência e a realidade na Guerra de Troia.....	34
2.4. A aparência e a realidade e a Filosofia.....	40
2.5. A aparência e a realidade e a Biologia.....	44
3. A origem histórica e a evolução jurídico-normativa do instituto da aparência de direito	47
3.1. Os antecedentes históricos da aparência de direito na Idade Antiga.....	48
3.2. A Idade Média e o instituto da Gewere no Direito Alemão como a verdadeira origem da aparência de direito.....	49
3.2.1. A Gewere no Direito Germânico Medieval.....	51
3.2.2. A teoria do <i>error communis facit ius</i> e o seu desenvolvimento na doutrina francesa.....	63
3.2.3. O desenvolvimento do comércio na Idade Média e o surgimento da letra de câmbio como reflexo da aparência de direito.....	67

3.3.	O Estado moderno e liberal e as influências da codificação em relação à aparência de direito nos sistemas jurídicos europeus e no Código Civil brasileiro de 1916.....	69
3.4.	Do Estado liberal para o Estado social de Direito e a fundamentação para a proteção da aparência de direito, segundo a autonomia privada, no contexto da pós-modernidade.....	85
4.	<i>Conceito e elementos constitutivos da fattispecie da aparência de direito no ordenamento jurídico-privado brasileiro</i>	97
4.1.	Definição e etimologia.....	98
4.2.	Elementos ou pressupostos para a incidência da aparência de direito.....	101
4.2.1.	A exteriorização de uma situação fática.....	103
4.2.1.1.	Situações de fato externas naturais e artificiais.....	106
4.2.2.	O erro.....	111
4.2.2.1.	O efeito sanante do erro nas situações envolvendo a aparência de direito.....	119
4.2.3.	A boa-fé.....	124
4.2.3.1.	A boa-fé, em suas duas acepções, como elemento integrante da <i>fattispecie</i> da aparência de direito.....	133
4.2.4.	A imputação objetiva.....	140
4.2.5.	O nexos de causalidade.....	147
4.2.6.	A onerosidade.....	151
5.	<i>Fundamento para a aplicação da aparência de direito</i>	157
5.1.	Oposição à aplicação da aparência de direito.....	157
5.2.	Fundamento com base na teoria da responsabilidade pela culpa.....	163
5.3.	Fundamento com base na simulação.....	169
5.4.	A teoria do risco.....	173

5.5. A confiança como fundamento para a aplicação da aparência de direito.....	178
6. A aparência de direito como princípio jurídico	185
6.1. A força teórico-normativa dos princípios: evolução histórica do jusnaturalismo ao pós-positivismo.....	186
6.2. A teoria contemporânea dos princípios no pós-positivismo: a tópica, a ideia de sistema jurídico aberto e a jurisprudência dos princípios.....	200
6.3. A aparência de direito como princípio jurídico.....	209
6.4. Lacuna, antinomia jurídica e a aplicação do princípio da aparência de direito no sistema jurídico aberto, no contexto pós-positivista.....	223
7. O mandato e a representação aparente no direito brasileiro	235
7.1. A representação no direito brasileiro.....	235
7.2. Representação e mandato: a teoria da separação.....	241
7.3. Representação aparente.....	247
7.3.1. Evolução histórica do instituto da representação aparente no direito alemão, francês e suíço	249
7.3.2. A representação aparente no direito brasileiro	253
7.3.3. A representação aparente legal.....	258
7.3.4. Aparência de representação voluntária.....	262
7.3.4.1. Ausência de representação.....	263
7.3.4.2. Falta de outorga de procuração	265
7.3.4.3. Revogação de procuração.....	267
7.3.4.4. Falecimento do mandante (representado).....	271
7.3.4.5. Abuso e excesso de poder do mandatário.....	271
7.4. Figuras afins da representação aparente.....	276
7.4.1. O núncio (ou emissário) aparente.....	276
7.4.2. Os documentos assinados em branco.....	278
7.4.3. Titulares de órgãos de pessoas jurídicas de direito privado.....	281

7.4.3.1.	A representação aparente exercida por falsos titulares de órgãos de pessoas jurídicas	286
7.4.3.2.	A representação aparente em casos de negócios alheios aos fins ou ao objeto da pessoa jurídica de direito privado ou em limitações estatutárias dos poderes de direção.....	290
8.	<i>A teoria da aparência no campo do direito das obrigações: o credor aparente</i>	297
8.1.	Introdução: a evolução das obrigações e a sua releitura no contexto jurídico civil-constitucional no Estado Democrático de Direito.....	297
8.2.	O credor aparente.....	307
8.3.	A evolução histórica do instituto do credor aparente no direito comparado.....	307
8.4.	O credor aparente no direito civil brasileiro.....	312
8.5.	A <i>fattispecie</i> do credor aparente no Código Civil de 2002 e o seu tratamento jurisprudencial no contexto do Estado Democrático de Direito.....	316
9.	<i>A aparência de direito no campo do direito de propriedade: a propriedade aparente em casos de venda e aquisição a non domino</i>	323
9.1.	Introdução: do modelo singular ao pluralista do conceito de propriedade.....	323
9.2.	A propriedade aparente.....	327
9.3.	A propriedade aparente de bens móveis.....	329
9.3.1.	Os arts. 521 e 622 do Código Civil de 1916	330
9.3.2.	O art. 1.268 do Código Civil de 2002 e a venda a non domino realizada em leilão público estabelecimento comercial ou em outras circunstâncias de propriedade aparente.....	335
9.4.	A propriedade aparente de bens imóveis.....	342
9.4.1.	A aquisição imobiliária por meio do registro e os sistemas de aquisição de propriedade.....	343

9.4.2. A venda a <i>non domino</i>	352
9.4.3. A aquisição a <i>non domino</i>	355
10. A teoria da aparência no direito de família: breves considerações sobre a necessária distinção entre o casamento putativo e o casamento aparente.....	363
10.1. Introdução: a evolução da instituição do casamento e a sua releitura e revisão na ordem jurídica civil-constitucional brasileira.....	363
10.2. O casamento putativo.....	368
10.2.1. Origem histórica e a regulamentação do casamento putativo no direito brasileiro.....	371
10.2.2. O casamento putativo no Código Civil de 2002.....	376
10.2.3. Efeitos da putatividade do casamento.....	382
10.3. O casamento aparente.....	385
11. A teoria da aparência no direito das sucessões: breves considerações sobre o herdeiro aparente no direito brasileiro e a evolução do instituto do código civil de 1916 ao código civil de 2002.....	391
11.1. Introdução: a evolução da sucessão na época romana até o direito civil-constitucional da época pós-moderna.....	391
11.2. O herdeiro aparente: definição e tratamento do tema no direito comparado.....	399
11.3. O herdeiro aparente no Código Civil brasileiro de 1916.....	403
11.4. O herdeiro aparente no Código Civil brasileiro de 2002 e a petição de herança.....	406
12. A teoria da aparência no campo do direito dos contratos: a coligação contratual e a teoria da aparência.....	413
12.1. O surgimento da coligação contratual na pós-modernidade.....	413
12.2. A evolução normativa e jurisprudencial da coligação contratual no direito comparado.....	417

12.2.1. A doutrina italiana dos <i>contratti collegati</i>	418
12.2.2. A doutrina francesa	423
12.2.2.1. Bernard Teyssie e a teoria dos grupos de contratos	423
12.2.2.2. Mireille Bacache-Gibeili e a noção funcional dos grupos de contratos	427
12.2.2.3. Os ensembles <i>contractuels indivisibles</i>	429
12.2.3. As redes contratuais no direito argentino	431
12.3. A coligação contratual no direito brasileiro	441
12.3.1. Definição	449
12.3.2. Elementos	454
12.3.3. Características	458
12.3.4. Espécies	462
12.4. Os contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no direito brasileiro e comparado ...	467
12.4.1. O contrato de compra e venda no direito brasileiro	467
12.4.2. O contrato de financiamento no direito brasileiro: o mútuo bancário	475
12.4.3. A coligação contratual da compra e venda financiada para consumo e possibilidade de aplicação da teoria da aparência	479
12.4.4. A compra e venda ou prestação de serviços financiada para consumo e a possibilidade de contaminação de vicissitudes entre os contratos coligados no direito comparado	481
12.4.5. A compra e venda financiada para consumo no direito brasileiro e a posição doutrinária, legal e jurisprudencial sobre a possibilidade de aplicação da teoria da aparência em relação à coligação contratual em questão	489
12.4.6. A (não) aplicação normativa da aparência de direito nos contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no mercado de consumo	504
12.4.6.1. A aparência de direito na pós- modernidade e a tutela dos consumidores na sociedade contemporânea	505

12.4.6.2. A (não) aplicação principiológica da aparência de direito para a contaminação das vicissitudes nos contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no mercado de consumo.....	513
12.4.6.1.1. A harmonização do princípio da aparência de direito com a função social do contrato e com a boa-fé objetiva na contaminação das vicissitudes nos contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no mercado de consumo.....	525
12.4.6.2.2. Uma breve análise econômica na aplicação principiológica da aparência de direito para a contaminação das vicissitudes entre os contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no mercado de consumo.....	532
12.4.6.3. A (não) aplicação da aparência de direito e a representação aparente nos contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no mercado de consumo.....	543
12.4.6.4. A (não) aplicação da aparência de direito e o credor aparente nos contratos coligados de compra, venda e financiamento de produtos ou serviços no mercado de consumo.....	552

13. Conclusões.....	561
----------------------------	------------

Referências.....	567
-------------------------	------------